

# A CONFIGURAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO SUL DA BAHIA NUMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL (1746-1820)<sup>1</sup>

LA CONFIGURACIÓN SOCIOLINGÜÍSTICA DEL SUR DE BAHÍA EN UNA PERSPECTIVA  
TRANSNACIONAL (1746-1820)

THE SOCIOLINGUISTIC CONFIGURATION OF SOUTHERN BAHIA IN A TRANSNATIONAL  
PERSPECTIVE (1746-1820)

**Wagner Argolo\***

Universidade Estadual de Santa Cruz

RESUMO: O texto em pauta procura delinear o cenário sociolinguístico da região sul da Bahia, que teria se caracterizado pelo multilinguismo, consequência da estagnação econômica da região, fato que teria gerado menos conflitos entre portugueses e índios, preservando os falantes das línguas locais. A alteração nesse quadro ocorreria a partir da década de 1820, com o crescimento da lavoura cacaueteira, iniciada na região em 1746. Paralelamente a esse cenário, temos outro distinto: a fundação de três colônias suíço-alemãs, que teriam apresentado um contexto de transmissão linguística irregular do português L2 de alemães e suíços a africanos aloglotas escravizados. E, perpassando todo o texto, argumentamos que a compreensão dessas situações sociolinguísticas diferenciadas numa mesma região foi possível porque adotamos um olhar amplo que considerou as relações históricas transnacionais dentro das quais estava imerso o sul da Bahia, pois, sem isso, não seria possível compreender como se deu o desencadear dessas situações sociolinguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística histórica. Bilinguismo. Transmissão linguística irregular. História transnacional.

RESUMEN: El texto en cuestión busca delinear el escenario sociolingüístico de la región sur de Bahía, que se habría caracterizado por el multilingüismo, consecuencia del estancamiento económico de la región, hecho que habría generado menos conflictos entre portugueses e indios, preservando a los hablantes de lenguas locales. El cambio de este escenario se daría a partir de la década de 1820, con el crecimiento de la plantación de cacao, que se inició en la región en 1746. Paralelamente a este escenario, tenemos otro diferente: la fundación de tres colonias suizo-alemanas, que habría presentado un contexto de transmisión lingüística irregular del

---

<sup>1</sup> Artigo oriundo da Tese de Doutorado *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*, orientada pela Dr<sup>a</sup> Tânia Lobo, da Universidade Federal da Bahia, e defendida em 2015, na mesma Universidade. Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES-PDSE. A todos, deixo meu agradecimento.

português L2 de alemães e suíços a africanos políglotas escravizados. Y, recorriendo todo el texto, argumentamos que la comprensión de estas situaciones sociolingüísticas diferenciadas en una misma região fue posible porque adoptamos una visión amplia que consideró las relaciones históricas transnacionales en las que estaba inmerso el sur de Bahía, ya que, sin eso, no sería posible comprender cómo se desencadenaron estas situaciones sociolingüísticas.

**PALABRAS CLAVE:** Lingüística histórica. Bilingüismo. Transmisión lingüística irregular. Historia transnacional.

**ABSTRACT:** The text in question seeks to outline the sociolinguistic scenario of the southern region of Bahia, which would have been characterized by multilingualism, a consequence of the region's economic stagnation, a fact that would have generated less conflicts between Portuguese and Indians, preserving the speakers of local languages. The change in this scenario would occur from the 1820s onwards, with the growth of the cocoa plantation, which began in the region in 1746. In parallel with this scenario, we have another different one: the foundation of three Swiss-German colonies, which would have presented a context of irregular linguistic transmission of L2 Portuguese from Germans and Swiss to enslaved Africans. And, running through the entire text, we argue that the understanding of these differentiated sociolinguistic situations in the same region was possible because we adopted a broad view that considered the transnational historical relations within which the south of Bahia was immersed, because, without this, it would not be possible to understand how these sociolinguistic situations were triggered.

**KEYWORDS:** Historical linguistics. Bilingualism. Irregular linguistic transmission. Transnational history.

## 1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, argumentamos a favor de se observar o sul da Bahia<sup>2</sup> por uma perspectiva ampla, transnacional, que não se limite apenas a seus aspectos locais, porque, após o começo da colonização europeia, em 1534, o devir histórico da região foi condicionado por fatores que extrapolaram os limites do Império Português.

Essa preocupação em compreender fatores locais dentro do fluxo de movimentos históricos que extrapolam suas fronteiras já ocorre na ciência histórica há mais de uma década, como se pode ler no seguinte trecho, retirado de Hofmeyr (2006, p. 1444, tradução nossa), no qual afirma que “[a] reivindicação de métodos transnacionais não é simplesmente a de que processos históricos são feitos em lugares diferentes, mas a de que eles são construídos no movimento entre lugares, posições e regiões”<sup>3</sup>.

É essa visão de processos históricos transnacionais como motivadores de processos locais que será adotada nesse trabalho. Como sabemos, as línguas só existem dentro de uma dinâmica social, de modo que, para explicar aspectos linguísticos e, principalmente, sociolingüísticos, a maior precisão na apreensão de processos sociais – pano de fundo para os processos linguísticos – é de importância crucial. A diferença entre um trabalho dessa natureza e um trabalho da ciência histórica é que, na historiografia, a análise e compreensão se encerram na dinâmica social, enquanto que, num trabalho como esse, a análise e compreensão não se encerram na dinâmica social: depois de compreendida essa, vem a análise e compreensão da dinâmica sociolingüística, consequência incontornável da dinâmica social. Essa é lógica do que será exposto de agora em diante.

Desde o final do século XVI e primeira metade do século XVII, as invasões holandesas contribuíram para o enquadramento do sul da Bahia num nível secundário no cenário político e econômico colonial. Isso porque a região foi obrigada a utilizar toda sua capacidade agrícola para a produção de farinha, no intuito de abastecer as tropas que guerrearam na defesa de Salvador (DIAS, 2011). Tal nível secundário no cenário político e econômico colonial redundou num menor controle cultural e, conseqüentemente, lingüístico sobre a região.

Entretanto, esse não foi o único evento de ordem transnacional que teve conseqüências decisivas sobre o destino do sul da Bahia.

<sup>2</sup> Antigas Capitâneas de Ilhéus e de Porto Seguro.

<sup>3</sup> “The claim of transnational methods is not simply that historical processes are made in different places but that they are constructed in the movement between places, sites, and regions.” (HOFMEYR, 2006, p. 1444).

A pouca atenção dedicada às Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro, pela Coroa Portuguesa, deu margem a que navios de outros reinos, ao longo de toda sua história colonial, sempre rondassem seus portos, a exemplo de navios ingleses e franceses, transformando a região num espaço transnacional de comércio ilegal de madeira e de gêneros alimentícios. Um atestado do abandono da região pode ser encontrado na carta escrita pela Mesa da Consciência e Ordens, destinada à rainha D. Maria I, na qual consta a “[...] conta que deram o Juíz, e oficiais do Senado da Vila de São Jorge, Capitania dos Ilhéus”, escrita na própria Capitania, no dia 23 de novembro de 1782, a respeito do abandono de seu porto e da fortaleza do Morro de São Paulo<sup>4</sup>.

Desse modo, explicaremos a menor dizimação da população nativa e a consequente preservação de seu quadro multilíngue até a primeira metade do século XIX, quando a lavoura cacauera começa a ganhar força, iniciando uma nova etapa socioeconômica que mudaria radicalmente esse quadro multilíngue. A base documental manuscrita, utilizada para esse fim, foi encontrada no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), em Salvador, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), esses últimos em Lisboa.

## 2 O SUL DA BAHIA MULTILÍNGUE

A primeira muda de cacau foi plantada na Capitania de Ilhéus em 1746, num contexto social e linguístico que não tinha sido interrompido desde o início da colonização do Brasil, no século XVI. A única mudança importante nesse contexto foi o surgimento de uma nova variedade do tupinambá, resultado do contato bilíngue entre essa língua e o português, passando a ser chamada de “língua geral” e, também, passando a predominar como variedade do tupinambá a ser adquirida no contexto da colonização portuguesa no sul da Bahia (ARGOLO, 2016).

Pelo fato de sabermos que a administração colonial – em 1746, ainda sediada em Salvador – sempre procurou dificultar a diversificação econômica do sul da Bahia, para que atuasse como fornecedor de gêneros alimentícios a baixo custo para a capital, Salvador, não é sem sentido considerarmos que a Capitania de Ilhéus começasse a plantar cacau de forma autônoma, burlando as orientações vindas da capital colonial.

Sua própria condição de espaço transnacional de comércio ilegal, inclusive, teria sido o principal fator a possibilitar o início do incremento da lavoura cacauera de maneira autônoma em relação à capital colonial, alheia a suas orientações. Isso porque o cacau que era produzido encontraria em navios estrangeiros, a exemplo de navios ingleses e franceses, seus compradores, dispostos a pagar preços que estariam livres das amarras lusitanas, que sempre compravam de suas possessões produtos por preços abaixo do mercado, a exemplo do que acontecia com a farinha e com a madeira.

Desse modo, a economia baseada no plantio de cacau já teria surgido voltada para a exportação a reinos fora dos domínios portugueses. Tal raciocínio não só explica como a produção de cacau ganhou força ao longo da segunda metade do século XVIII, apesar dos obstáculos à diversificação agrícola impostos pela Coroa Portuguesa, como a ausência quase total de registros a esse respeito na documentação oficial colonial, porque seu desenvolvimento teria ocorrido por vias extraoficiais<sup>5</sup>. Outra explicação para as plantações de cacau praticamente não serem citadas em documentos oficiais pode ser a falta de conhecimento das autoridades coloniais a respeito das primeiras lavouras. Isso porque o cacau começou a ser plantado em meio à Mata Atlântica, em harmonia com as espécies nativas da região, o que certamente camuflava as plantações, tendo sido esse, possivelmente, o principal motivo para que não fossem percebidas pela administração colonial. A nosso ver, essa é, inclusive, a hipótese mais provável para explicar a falta de registros sobre as plantações nos documentos oficiais da segunda metade do século XVIII. Afinal, o contrabando de pau-brasil com ingleses também era ilegal e, no entanto, foi registrado, como veremos adiante.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (doravante, AHU), ACL, CU, 005, Cx. 184, D. 13593.

<sup>5</sup> No âmbito de nossa pesquisa, o único registro oficial, relativo ao período colonial, encontra-se no livro “Zona do Cacau”, de Milton Santos (1957). Trata-se de 400 mil pés de cacau que já estavam plantados na Capitania de Ilhéus, em 1783. O registro está citado na próxima seção.

Ao lermos a documentação oficial da segunda metade do século XVIII, encontramos apenas medidas relativas às reformas iniciadas pelo Marquês de Pombal e formalmente implantadas a partir de 1758, quando o Diretório dos Índios passa a valer também para o Estado do Brasil, como se o “sul da Bahia do Império Português” fosse uma região diferente do “sul da Bahia das lavouras de cacau”. A sensação que temos é a de que, a partir do início das lavouras cacaueiras, duas histórias paralelas começaram a coexistir no mesmo lugar: uma, a história ligada à dominação portuguesa, que insistia em frear o desenvolvimento econômico da região; e outra, a história nova que começava a surgir, livre das peias coloniais, dando seus primeiros sinais de independência política e econômica, em consonância com a tendência que se consolidaria em 1822, quando o Brasil conquista sua Independência em relação ao Império Português.

Seguindo essa linha de raciocínio, o início da migração sertaneja para o sul da Bahia não teria sido o resultado de um processo histórico colonial, mas, sim, de um novo processo histórico, inserido na dinâmica de um Brasil que tacitamente se tornava independente, embora oficialmente ainda fosse colônia.

Desse modo, quando os sertanejos começam a migrar para o sul da Bahia – inicialmente, para a Capitania de Ilhéus e, posteriormente, para a Capitania de Porto Seguro – com o intuito de plantar cacau, dando força a esse processo histórico novo e politicamente independente, tivemos o encontro e o conflito de duas histórias que, até então, vinham caminhando paralelamente, sem maiores atritos. O alastramento das lavouras cacaueiras tinha-se tornado um processo irreversível, cujos agentes não eram os vassallos de Sua Majestade – brancos pobres, índios integrados à colonização, mamelucos e, em menor monta, afrodescendentes –, mas brasileiros – e aqui utilizamos esse termo como expressão de uma nacionalidade independente, como é utilizado atualmente –, que viam nas plantações de cacau uma maneira de romper com tal processo de dominação e de passar a comandar seus destinos, gerando sua própria riqueza livremente.

Nesse sentido, Santos (1957) transcreve o trecho de um relatório escrito pelos administradores provisórios da Bahia em 1783, a respeito de 400.000 pés de cacau e do progresso que a região sul da Bahia começava a experimentar: “Nos dois anos que se seguiram a estas ordens [...], mudou muito o estado da comarca”, referindo-se à Capitania de Ilhéus, e é o próprio Santos (1957) quem completa, afirmando que “[d]aí para cá a produção do cacau só fez aumentar [...]” (1957, p. 45).

Entretanto, como 400 mil pés de cacau pressupõem um plantio que já vinha ocorrendo há algum tempo, não é difícil concluir que esse número é o resultado de um processo gradual – embora rápido em termos históricos – de expansão agrícola que se iniciou em 1746, com o plantio da primeira muda.

É assim que, em 1760, já começam a ocorrer as primeiras invasões de terra, a exemplo das quarenta léguas das quais se apossou Luís Francisco Soledade na Capitania de Ilhéus, levando-nos a crer que o processo migratório para a região começou nesse período. Esse fato também ajuda a explicar a existência dos 400.000 pés de cacau em 1783<sup>6</sup>.

## 2.1 O SUL DA BAHIA COMO UM ESPAÇO TRANSNACIONAL

Nas décadas de 1790 e 1800, encontramos exemplos de como o sul da Bahia estava inserido num contexto transnacional que fugia ao controle da Coroa Portuguesa, reforçando nossa afirmação de que histórias paralelas ocorriam na região, tendo sido justamente uma delas – a que fugia ao controle dos portugueses – a responsável por possibilitar o processo cada vez mais crescente de autonomia político-econômica local, o que inevitavelmente apresentava reflexos linguísticos que serão vistos no decorrer desse artigo.

No dia 9 de novembro de 1796, os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro escreveram uma representação, que encaminham à rainha de Portugal, D. Maria I, na qual afirmam que o porto da Coroa Vermelha estava completamente aberto a invasões inimigas, constituindo-se num verdadeiro “porto franco” para embarcações adventícias, a exemplo de duas embarcações francesas que, em

<sup>6</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 144, D. 11028.

12 de agosto desse mesmo ano, ali aportaram para realizar saques. Entretanto, antes de os saques acontecerem, os portugueses conseguiram expulsá-los com tiros que foram disparados de dentro dos matos<sup>7</sup>.

Apenas seis anos depois, em 24 de novembro de 1802, já temos notícia de outra invasão, agora por parte dos ingleses, registrada em três ofícios – cujos respectivos números são 98, 99 e 100 –, escritos pelo governador e capitão general da Capitania da Bahia, Francisco da Cunha e Menezes, dirigidos ao Príncipe Regente, D. João.

Nessa invasão, entretanto, os ingleses tiveram mais êxito do que os franceses, fazendo comércio na Capitania de Porto Seguro como se independente de Portugal ela fosse. O capitão da embarcação inglesa “Paquete Raquel”, chamado Job Carpenter, e o seu sobre-carga, chamado Thomaz Lindley, contavam, inclusive, com a conivência dos filhos do ouvidor da Comarca de Porto Seguro. E mais: segundo o autor dos ofícios, possivelmente o próprio ouvidor estaria ciente e conivente com a situação. Quando os ofícios foram escritos, o brigue inglês já estava apreendido e retido em Salvador, e o sobre-carga, Thomaz Lindley, preso na antiga capital da colônia. O documento não informa o que ocorreu com o Capitão Job Carpenter.

Nos três ofícios, além da acusação de comércio ilegal com os ingleses, há também a denúncia de que se extraía ouro e diamantes no Rio Grande ou Jequitinhonha, o que também é um atestado da postura independente dos habitantes da região<sup>8</sup>.

### 2.1.1 A HISTÓRIA VELHA

Já na “história velha”, dentro do processo colonial português que ainda dava os seus últimos passos na América, temos um atestado da complexidade linguística do sul da Bahia.

*Trata-se do Traslado da Devassa, que por Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde da Ponte, Governador, e Capitão General da Capitania procedeu o Doutor Desembargador Ouvidor Geral da Comarca Domingos Ferreira Maciel contra os que acoitam, e tem refugiados no Oitizeiro negros fugidos e aquilombados.*

A devassa é de 20 de outubro de 1806 e teve como escrivão João Afonso Liberato, estando presentes o Desembargador Ouvidor Geral e Provedor da Comarca, Domingos Ferreira Maciel – a mando do Conde da Ponte Governador e Capitão General da Capitania –, o Capitão-mor das ordenanças e o Sargento-mor, ambos da Vila da Barra do Rio de Contas, tendo esses dois últimos sido convocados para a diligência por serem lavradores locais e, conseqüentemente, conhecedores das matas.

No “corpo de delito” da devassa, podemos ver que essa não se refere a um quilombo de grandes dimensões. Na verdade, tratava-se mais de pequenas casas onde moravam africanos ou afrodescendentes fugitivos – casas essas que foram chamadas, talvez por falta de termo mais exato para as designar, de quilombos. Por essa razão, apesar de o escrivão João Afonso Liberato informar a existência de quatro quilombos, o contingente de africanos ou afrodescendentes não é tão significativo quanto se espera ao se ler o título da devassa.

Assim sendo, os africanos ou afrodescendentes que estavam escondidos no Oitizeiro, situado na Vila de São José da Barra do Rio de Contas, na Capitania de Ilhéus, por serem provenientes das vilas ao norte da Capitania, onde também se falava língua geral, possivelmente eram falantes dessa variedade colonial do tupinambá, por ser a língua com maior amplitude funcional no sul da Bahia, devido a seu caráter supra-étnico.

Desse modo, se as pessoas em questão fossem africanas, seriam falantes de suas línguas africanas como L1 e, provavelmente, da língua geral como L2. Se fossem nascidas no Brasil, especificamente no sul da Bahia, seriam prováveis falantes da língua geral como L1. Não consideramos ser possível pensar em transmissão linguística irregular do português a tais pessoas, porque seu contingente era diminuto, enquanto o contingente de falantes de língua geral na região ainda era alto, de acordo com um documento de 1805,

<sup>7</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 203, D. 14635.

<sup>8</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 230, D. 15931.

escrito por Baltazar da Silva Lisboa<sup>9</sup>, então ex-ouvidor e ex-juiz conservador das Matas da Comarca de Ilhéus, em que cita a existência de mais de oito mil habitantes apenas nas matas da Capitania de Ilhéus – em que, pelo que se infere, entram, principalmente, índios (tanto tupinambás quanto tapuias), brancos pobres e mamelucos. No que concerne aos índios, mesmo quando eram tapuias, falavam a língua geral como L2 (ARGOLO, 2015).

Por essa razão, o que a devassa do Oitizeiro nos traz de mais importante, em termos linguísticos, é a alta probabilidade da existência de africanos ou afrodescendentes que falavam língua geral no sul da Bahia. Entretanto, não esqueçamos que o sul da Bahia, por ter sido uma área em que a prosperidade econômica demorou a chegar, não contou com um grande contingente de mão de obra africana ou afrodescendente, como o Recôncavo Baiano dos prósperos engenhos de açúcar<sup>10</sup>.

Somente com a relativa prosperidade de algumas fazendas de café, dentro dos contextos específicos de três colônias suíço-alemãs, instaladas no sul da Bahia com a cooperação do Reino Unido de Portugal e do Brasil, a partir de 1818, é que teremos Configurações de Transmissão Linguística Irregular, nas quais um contingente diminuto de europeus, procedentes principalmente da Alemanha, impuseram seu português L2 como modelo de aquisição para escravizados africanos aloglotas. Por terem sido colônias implantadas por pessoas intimamente relacionadas à Coroa, a exemplo de Schafer, compreende-se a razão de ter sido imposto, no caso específico de tais colônias, o uso da língua portuguesa, e não da língua geral.

Como a proporção de aloglotas para os falantes da língua-alvo era de 10 para 1, respectivamente, esse contexto sociolinguístico teria aberto espaço para a transmissão linguística irregular do português. Esse é o caso da já conhecida colônia suíço-alemã chamada Leopoldina, atual Helvécia, no sul da Bahia, objeto de estudos de Lucchesi e Baxter (cf.: *O português afro-brasileiro*, 2009).

### 2.1.2 As colônias suíço-alemãs do sul da Bahia

Com o fim do Sacro Império Romano Germânico, em 1806, a Áustria e a Prússia iniciam um processo de disputa política e militar pela hegemonia sobre os cerca de 300 reinos independentes que compunham a comunidade linguística alemã do centro da Europa.

Em 1815, é criada a Confederação Germânica, sob o domínio da Áustria dos Habsburgos, que duraria até 1866, depois de sucumbir às pressões do líder prussiano, Otto von Bismarck, herdeiro da tradição de resistência prussiana à hegemonia austríaca, iniciada no século XVIII, quando o Príncipe de Brandemburgo se autoproclamou rei da Prússia.

Essa disputa entre a Áustria e a Prússia teria seu fim oficial em 18 de janeiro de 1871, quando Otto von Bismarck decreta, oficialmente, a unificação da Alemanha, excluindo a Áustria de suas fronteiras (KISSINGER, 2007 [1996]).

A nosso ver, esses conflitos em busca da unificação alemã, que vinham ocorrendo desde, pelo menos, o final do século XVIII, constituíram-se no fator motivador do movimento migratório de alemães – e mesmo de suíços, que estavam na fronteira sul com a Alemanha – para o sul da Bahia. E não é sem razão que levantamos essa hipótese.

É certo que países em conflito sempre geram movimentos migratórios de pessoas que começam a buscar lugares mais seguros para viver. Por isso, quanto às guerras de unificação terem gerado movimentos migratórios, consideramos que não seja uma afirmação questionável.

O que pode ser questionável é nossa afirmação de que alguns desses migrantes tenham escolhido como seu destino o sul da Bahia, fundando as três colônias suíço-alemãs que, lá, passaram a existir a partir de 1818.

Contudo, há uma correspondência de datas e de lugares que pode não ter sido uma simples coincidência. Isso porque, em 1818, os reinos de língua alemã estavam em pleno processo de unificação encabeçado pela Prússia, principalmente depois da derrota de

<sup>9</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 237, D. 16331.

<sup>10</sup> APEB, Devassa [1806] – Colonial/Provincial – Maço 572-2.

Napoleão Bonaparte. O Sr. Freireis, por exemplo, que fundou a colônia Leopoldina, atual Helvécia-BA, era natural de Frankfurt, um dos reinos em litígio, que viria, inclusive, a ser anexado à Prússia, anos depois, com a consolidação da unificação.

O fato de a colônia alemã, fundada pelo Sr. Freireis, chamar-se “Leopoldina” também diz muito, pois trata-se de uma homenagem a Maria Leopoldina da Áustria (ou Caroline Josepha Leopoldine Franziska Ferdinanda von Habsburg-Lothringen), filha do último imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Francisco II.

Considerando-se que Maria Leopoldina da Áustria se casou com D. Pedro I, primeiro imperador do Brasil, em 1817, e que era filha justamente do representante da dinastia à qual Otto von Bismarck se opôs, torna-se plausível cogitar que, durante as guerras de unificação alemãs, das quais Bismarck saiu vencedor, indivíduos ligados aos Habsburgo fugissem das regiões ameaçadas por Bismarck e fossem buscar segurança em regiões sob influência de uma descendente dos Habsburgo, de preferência longe da zona de conflito. Desse modo, vir para o Brasil, sob a proteção de Maria Leopoldina da Áustria, era o exílio ideal. É assim que o sul da Bahia foi a primeira região brasileira a ser escolhida para acolher os alemães e suíços. Inclusive, o fundador de uma das três colônias alemãs no sul da Bahia foi Schafer que, como se sabe, foi também o organizador do processo de migração alemã para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul – no Brasil meridional –, que ocorreria seis anos depois, em 1824; esse, sim, um processo de migração alemã bastante conhecido dos brasileiros.

Além dessa correspondência de datas em 1818, há outra, mais contundente, ocorrida menos de cinquenta anos depois, ainda durante as guerras de unificação alemãs. Trata-se de um registro de terra que encontramos no Arquivo Público do Estado da Bahia, datado de 1864, em nome de Georg Adolf Stolze, natural de Hanover, um dos reinos que viriam a ser anexados pela Prússia em 1866, justamente por ter lutado ao lado da Áustria nas guerras de unificação, tendo saído derrotado por Otto von Bismarck. Entretanto, mesmo antes, Schafer, em 1824, deixa o registro de naturais de Hanover que foram habitar sua colônia alemã no sul da Bahia, como veremos na sequência.

A relação de causa e consequência entre as guerras de unificação da Alemanha e a migração de suíços e alemães para o sul da Bahia – fato que teve reflexos significativos na formação do português popular de sua região sul – é mais um atestado de que o sul da Bahia, em termos linguísticos, deve ser observado de um ponto de vista transnacional, e não apenas local ou dentro dos limites políticos do antigo Império lusitano.

De acordo com Schafer, em *O Brasil como Império Independente* (2007 [1824]), no ano de 1818<sup>11</sup>, o Sr. Freireis, alemão de Frankfurt, fundou a colônia Leopoldina, de duas léguas de extensão, situada na margem norte do rio Peruípe, em Vila Viçosa, na Capitania de Porto Seguro. Junto com a família do próprio Sr. Freireis, habitavam a colônia outras quatro, que passaram a se dedicar ao plantio de café.

Três anos depois, no ano de 1821, foi a vez de o próprio Schafer fundar sua colônia cafeeira, em sítio de uma légua quadrada de terra, que fazia limite com a colônia Leopoldina. Trata-se da desconhecida colônia de Frankental, que significa “Vale dos Francos”, oriundos da Francônia, na Alemanha.

Membro da guarda pessoal de D. Pedro I, Schafer saiu do Rio de Janeiro, onde já se encontrava, para, em 1821, com a recomendação do próprio soberano, tomar posse de seu pedaço de Brasil no sul da Bahia, em companhia de outros colonos, dentre eles, o suíço Johannes Martinus Flach – que Lucchesi e Baxter (2009, p. 87) apontam como integrante da colônia Leopoldina, vizinha a Frankental –, pois Schafer faz referência clara ao dito suíço, ao relatar, à página 37 de *O Brasil como Império Independente*, um momento de bucolismo, ao ver o entardecer do alto de um morro próximo ao Porto da Estrela, hoje arruinado, no Rio de Janeiro, quando quis pernoitar no lugar, mas foi dissuadido por Flach, que o alertou do perigo representado por animais ferozes e peçonhentos: “[...] meu amigo Flach, um suíço leal que me acompanhava, desencorajou-me do meu intento [...]” (Schafer, 2007 [1824], p. 37).

<sup>11</sup> Sobre a fundação da colônia Leopoldina, no sul da Bahia, cf.: Lucchesi *et al.* em *O português afro-brasileiro* (2009, p. 85).

Após chegar ao sul da Bahia, relata que “[...] Frankental estava assim iniciado sem que uma única lágrima e uma gota sequer de suor escravo embebesse seu chão.” Em seguida, afirma que “[...] [a] colônia que neste momento conta com 20 almas encontra-se sob a supervisão do meu amigo Joh. Philipp Hening, natural de Wertheim, no Meno. Vive aí em companhia da esposa nascida em Hannover”. E finaliza, afirmando que “[...] [o]s povoadores são homens livres e recebem por seu trabalho uma área de terra. Além dos alimentos indispensáveis, já foram plantados 16.000 cafezeiros” (SCHAFER, 2007 [1824], p. 43-44).

Dos trechos citados acima – e da relação que podemos estabelecer com as informações oferecidas por Lucchesi e Baxter (2009, p. 85-95) sobre a colônia Leopoldina –, alguns questionamentos importantes são possíveis de se levantar.

Se, como vimos, a região sul da Bahia era decadente economicamente – só experimentando progresso significativo com a lavoura cacaueteira –, como explicar a quantidade considerável de 2.000 africanos ou afrodescendentes escravizados na colônia Leopoldina em 1858, como podemos ler em Lucchesi e Baxter (2009, p. 87)?

O primeiro ponto a esclarecer refere-se a “o quê” Lucchesi e Baxter (2009) consideram ser o território correspondente à colônia Leopoldina, pois, quando expõem o passado de Helvécia-BA, não mencionam Frankental, colônia também composta principalmente por alemães e contígua à colônia Leopoldina.

Desse modo, os 2.000 escravizados poderiam ou representar a população negra das duas colônias juntas – Leopoldina e Frankental, e nesse caso Frankental teria passado despercebida –, ou de fato representar a população negra apenas de Leopoldina, conduzindo à probabilidade de que Frankental tenha abarcado uma população negra distinta, reproduzindo-se, conseqüentemente, um cenário sociolinguístico semelhante ao de Leopoldina, ampliando-se a área de transmissão linguística irregular do português no sul da Bahia. Aqui, entretanto, vem um questionamento importante: ao se referir à fundação de Frankental, Schafer deixa clara sua aversão à escravidão – que, nesse caso, seria a indígena, o que depõe contra a presença dessa instituição deletéria no local, seja na figura do índio, seja na figura do negro.

Por isso, utiliza-se de métodos pacíficos para estabelecer contato com os pataxós e maxaris, fato incomum, pois a história de contato entre europeus e tapuias no sul da Bahia é, quase sempre, de violência, sendo essa considerada um dos principais motivos da estagnação econômica da região até então (SCHWARTZ, 1989).

Contudo, Schafer conseguiu a benevolência dos tapuias de Vila Viçosa, que o auxiliaram desde o início na preparação da terra para o plantio do café.

Assim, com o trabalho das famílias alemãs que chegaram a Frankental, juntamente com Schafer – auxiliados pelos pataxós e maxaris –, sua colônia começou a prosperar, ao ponto de, em 1824, já possuir 16.000 pés de café.

Entretanto, em 1822, às vésperas da Independência do Brasil, Schafer é nomeado por D. Pedro I para o cargo de *Agent d’Affaires Politiques* do Império, no exterior, tendo, por esse motivo, de voltar para a Europa em agosto do mesmo ano, deixando em Frankental Joh. Philipp Hening como supervisor da colônia.

Trabalhando na Europa no recrutamento de colonos alemães para o processo de imigração que teria como destino o sul do já Império do Brasil, entre 1824 e 1825, Schafer continuou com suas atribuições no velho continente até 1828, quando tal processo entra em desaquecimento. Não sendo mais útil a Sua Majestade, Schafer volta desempregado para o Brasil em 02 de julho de 1828.

As últimas notícias confirmadas sobre ele são de 12 de novembro de 1829, registradas numa carta que escreveu a D. Pedro I, pedindo um emprego diplomático na Alemanha, no que não foi atendido. As informações sobre sua morte são obscuras, sabendo-se que faleceu em 1836, porém em lugar incerto, sendo Frankental uma das possibilidades do local de sua morte.

Desse modo, com Schafer morto (que, além de ser contra a escravidão e a violência nos métodos de trabalho, era provavelmente a pessoa de maior influência entre os colonos alemães do sul da Bahia) e, paralelamente, com a prosperidade que Frankental e Leopoldina começavam a experimentar (pois Schafer, como se pode ler à página 43 de *O Brasil como Império independente*, afirma



que, ao fundar sua colônia, encontrou Leopoldina já “em franco progresso”), estavam criadas as condições para o início da utilização da mão de obra escravizada – representada por africanos e afrodescendentes – nas duas colônias.

Essa inferência condiz, inclusive, com os dados demográficos que Lucchesi e Baxter (2009, p. 88) apresentam sobre a chegada de escravizados à colônia Leopoldina, cujo início se dá apenas a partir de 1840.

Outrossim, na introdução ao livro de Schafer, escrita por seu tradutor, Arthur Blásio Rambo, este nos fornece ainda a informação de uma terceira colônia alemã no sul da Bahia: a colônia de São Jorge dos Ilhéus, homônima à vila fundada pelos portugueses na mesma capitania, em 1534. Apesar de não oferecer maiores detalhes a respeito dessa terceira colônia, encontramos alguns documentos no Arquivo Público do Estado da Bahia que podem ser úteis no sentido de nos deixar a par de sua localização espacial e temporal, além de dados sobre seus colonos.

Referimo-nos, primeiramente, à *Breve descrição dos terrenos do sul da Província mais apropriados à colonização*, no qual são levantados argumentos a favor da continuação da imigração alemã para a povoação do Una – situada entre a Vila de São Jorge de Ilhéus (e aqui nos referimos à vila portuguesa fundada em 1534) e a Vila de Canavieiras –, como a fertilidade de seu solo, seu bom clima e suas florestas ricas em caça, cortadas por rios piscosos. Dessa maneira, as margens do rio Una constituíam-se no local ideal para a manutenção de colônias estrangeiras na Capitania de Ilhéus, tendo como centro econômico, porém, a Vila de Canavieiras, pois lá estavam os portos que davam acesso aos rios Pardo e Jequitinhonha, de maior porte.

Apesar de, no documento, não haver a informação explícita de que a colônia de alemães do Una era a mesma colônia de São Jorge dos Ilhéus, à qual Arthur Blásio Rambo se refere na introdução ao livro de Schafer, podemos fazer tal inferência, pois, das três colônias alemãs que existiram no sul da Bahia, duas se formaram na Capitania de Porto Seguro (as colônias alemãs de Leopoldina e de Frankental) e apenas uma se formou na Capitania de Ilhéus (a colônia alemã de São Jorge dos Ilhéus), havendo, portanto, a grande probabilidade de o documento, encontrado por nós – que trata justamente de uma colônia alemã na Capitania de Ilhéus –, referir-se à mesma colônia citada por Arthur Blásio Rambo.

Outro fato importante que o documento traz à tona – agora, porém, explicitamente – é o de que a colonização por alemães na Capitania de Ilhéus não é algo iniciado no momento em que o documento foi escrito, cuja data estimada é de 1889, pois, apesar de não estar datado, encontra-se catalogado no mesmo maço em que estão também catalogados outros documentos do referido ano<sup>12</sup>.

Em outro documento, assinado por Georg Adolf Stolze, provável colono de São Jorge dos Ilhéus, natural de Hanover, Alemanha – cujo nome escreve no corpo do documento de forma aporuguesada, embora mantenha a forma original na assinatura –, e dirigido ao Governo da Província, temos a confirmação de que a colonização alemã nos arredores do Una já vinha ocorrendo há algumas décadas, pois, comparando suas informações com as do documento anterior – escrito provavelmente em 1889 –, o documento escrito por Georg Adolf Stolze é datado de vinte e cinco anos antes (1864), o que aponta para a possibilidade de a colônia alemã de São Jorge dos Ilhéus ter sido fundada ainda no início do século XIX, juntamente com Leopoldina e Frankental, na esteira das primeiras migrações alemãs para o sul da Bahia. O texto refere-se ao registro de terras às margens do rio Pardo, na Vila de Canavieiras, em nome de Georg Adolf Stolze, nas quais o alemão já havia feito plantações, pastos, uma estrada e uma casa de morada<sup>13</sup>.

Desse modo, percebemos que os dados expostos comprovam a existência de outras duas colônias alemãs, além de Leopoldina (ou seja, Frankental e São Jorge dos Ilhéus), o que também indica a presença de outras situações de contato linguístico nas quais podem ter-se criado as condições sociolinguísticas propícias à formação de pidgins do português, devido à probabilidade da utilização de mão de obra escravizada nessas colônias (como se vê no exemplo comprovado de Leopoldina), cujo acesso dos escravizados às estruturas da língua-alvo foi possivelmente restrito, principalmente se considerarmos que essa língua-alvo (o português) era a L2 dos colonos alemães em questão.

<sup>12</sup> APEB, Terras, 1889, Colonial/Provincial, Maço 4845.

<sup>13</sup> APEB, Terras, 1864, Colonial/Provincial, Maço 4845.

A importância, ao menos da colônia Leopoldina, não está na introdução da língua alemã no sul da Bahia, uma vez que, mesmo sendo falada entre os colonos alemães, sua amplitude funcional foi extremamente restrita, talvez não atingindo 500 falantes nas três colônias. Sua importância reside, como os estudos de Lucchesi e Baxter (2009) o demonstram, na contribuição para o delineamento e difusão do português brasileiro popular no sul da Bahia que, com toda a probabilidade, foi, também, o resultado de processos de transmissão linguística irregular dos alemães e suíços – que o falavam como L2 – para os africanos – que o adquiriram também como L2 e com acesso restrito a suas estruturas.

### 2.1.2.1 AS CONFIGURAÇÕES LINGÜÍSTICAS COMPOSTAS PELAS COLÔNIAS SUÍÇO-ALEMÃS DO SUL DA BAHIA

#### Configuração Linguística 1 – Bilinguismo

Raça	Etnias	Línguas que compunham o perfil do falante	Área
Branca	Alemães e suíços	<b>Perfil 1:</b> alemão L1/português L2	Antigas colônias suíço-alemãs de Frankental, Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus.

**Quadro 1:** elaboração própria, a partir de dados de Schafer (2007 [1824]) e de Lucchesi e Baxter (2009).

Nessas colônias suíço-alemãs, o português falado pelos senhores também era sua segunda língua. Como eram livres e, certamente, adquiriram (ou até aprenderam com o auxílio de professores) o português L2 em situação de maior acesso a suas estruturas, representamo-los na Configuração de Bilinguismo, utilizando uma barra para separar o alemão L1 do português L2, para indicar a sua condição de bilingue: “alemão L1/português L2”.

Era esse português L2 que – mesmo não tendo sido adquirido/aprendido de forma irregular, certamente apresentava lacunas gramaticais típicas da aquisição de uma segunda língua por adultos – era transmitido, sem qualquer auxílio normatizador, aos escravizados das colônias suíço-alemãs do sul da Bahia, e com uma proporção demográfica mínima de dez escravizados aloglotos para cada falante suíço-alemão da língua-alvo, o português L2. Tal acesso restrito a suas estruturas desencadeou seu processo de transmissão linguística irregular aos africanos que ali se encontravam, pidginizando esse português adquirido oralmente. Devido à falta de interlocutores em suas línguas nativas – ou à escassez deles –, tiveram de socializar entre si o uso desse português pidginizado, deixando de utilizar suas línguas africanas, cujo uso foi interrompido. Desse modo, os afrodescendentes que nasceram no local passaram a ter, como modelo de primeira língua, não as línguas africanas dos pais, mas esse português pidginizado, começando a crioulizá-lo nesses microcontextos.

Na Configuração de Transmissão Linguística Irregular, uma seta será utilizada para indicar a mudança de língua entre os africanos, que tiveram de abandonar o uso de suas línguas nativas, para começar a falar o português pidginizado: “línguas banto e jêje-mina L1 => português pidginizado L2”.

#### Configuração Linguística 2 – Transmissão Linguística Irregular

Raça	Etnia	Língua que compunha o perfil do falante	Área
Negra	Banto e jêje-Mina	<b>Perfil 1:</b> línguas banto e jêje-mina L1 => português pidginizado L2	Antigas colônias suíço-alemãs de Frankental, Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus.

**Quadro 2:** elaboração própria, a partir de dados de Schafer (2007 [1824]), de Lucchesi e Baxter (2009) e de Pessoa de Castro (2001).

**Configuração Linguística 3 – Monolingüismo**

Raça	Etnia	Língua que compunha o perfil do falante	Área
Negra	Brasileira	Perfil 1: português crioulo L1	Antigas colônias suíço-alemãs de Frankental, Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus.

**Quadro 3:** elaboração própria, a partir de dados de Schafer (2007 [1824]) e de Lucchesi e Baxter (2009).

Após o “parêntese” que fizemos, para tecer considerações sobre as três colônias suíço-alemãs do sul da Bahia que, em termos sociolinguísticos, tiveram uma história paralela à do restante da região – haja vista a formação de Configurações de Transmissão Linguística Irregular, fato excepcional em relação ao sul da Bahia como um todo, no qual prevaleceram as Configurações de Monolingüismo e de Bilingüismo –, voltemos à história colonial, cujos principais agentes europeus eram os portugueses, retomando-a de onde a interrompemos, no último lustro da década de 1810.

## 2.2 O MULTILINGÜISMO INDÍGENA NO SUL DA BAHIA, NO SÉCULO XIX, E ALGUNS EXEMPLOS INTRALINGÜÍSTICOS

Entre 1815 e 1817, o príncipe Maximiliano da Áustria, ao passar pelo sul da Bahia, deixou registro de algumas línguas indígenas com as quais teve contato. Vejamos que línguas foram essas:

[i] Botocudo:

Das línguas do sul da Bahia registradas pelo príncipe Maximiliano, a que mereceu maior detalhamento por parte do cronista foi o botocudo, falado nas imediações de Belmonte. Os registros são valiosos e se referem aos quatro níveis linguísticos, ou seja, lexical, morfológico, sintático e fonético/fonológico.

- No nível lexical, temos como exemplo as palavras: 1. *Tchoon*: “árvore”; 2. *Keran-ka*: “cabelo”; 3. *Engcóng*: “Cão”.

- No nível morfológico, temos como exemplo:

Os Botocudos formam o plural acrescentando a palavra *ruhu* ou *uruhu* (vários, muito); por exemplo, *pung-uruhu*, duas espingardas, uma espingarda de dois canos e, em geral, muitas espingardas; *tchoon-uruhu*, árvores, florestas; *kjem-uruhu*, casas, aldeia. (MAXIMILIANO, 1815-1917, p. 507)

- No nível morfosintático, temos as seguintes considerações sobre os casos nominativo e acusativo, embora não apresente exemplo da morfologia flexional em nenhum dos dois: “É, porém, muito notável que esses selvagens conheçam dois casos, o que lhes permite representar a relação do sujeito com o objeto: têm um caso subjetivo, tomando essa palavra no sentido nominativo (*casus rectus*) e um caso objetivo” (MAXIMILIANO, 1815-1817, p. 506).

- No nível fonético/fonológico, temos os seguintes exemplos:

O som nasal é frequente na língua dos Botocudos; esta não possui som gutural; abunda em vogais; casos há em que o som de algumas consoantes é muito confuso e não se distingue, o que o torna algumas vezes ininteligível, se bem que o seja menos que outras línguas tapuias. Algumas instruções são necessárias para a leitura das palavras dos vocabulários:

*r* só se pronuncia com a ponta da língua e nunca com a garganta; mas há casos em que essa letra tem o som de *l*;

*g* tanto no meio, como no começo é sempre igual; no final é porém gutural. Quando no começo duma palavra uma consoante vem precedida duma outra, como *nn*, *mn*, *mb*, *np*, *nd*, etc., a primeira quase não se pronuncia; têm-se exemplos frequentes dessas palavras nas línguas da América, como *mbaya*, *mborébi*, *ndaia*, *mbaracayá*, etc. (MAXIMILIANO, 1815-1817, p. 500).

## [ii] Maxari:

Nessa, assim como nas demais, Maximiliano apresentará considerações relativas apenas aos níveis lexical e fonético.

- No nível lexical, temos como exemplo as palavras: 1. *Abaay*: “árvore”; 2. *Inden*: “cabelo”; 3. *Tochuckschauam*: “cão”.
- No nível fonético/fonológico, temos as seguintes considerações: “A entonação deve ser nasal, mas nunca gutural. Muitas sílabas e palavras devem ser pronunciadas de modo muito singular, com o céu da boca, à semelhança do que acontece com os Botocudos” (MAXIMILIANO, 1815-1817, p. 509).

## [iii] Pataxó:

- No nível lexical, temos como exemplo as palavras: 1. *Mniomipticajo*: “árvore”; 2. *Epotoy*: “cabelo”; 3. *Koké*: “cão”.
- No nível fonético/fonológico, temos as seguintes considerações: “[t]em essa língua grande número de palavras de pronúncia mal definida, meio pelo céu da boca; também muitos sons entre *a*, *u* e *o*” (MAXIMILIANO, 1815-1817, p. 510).

## [iv] Malali:

- No nível lexical, temos como exemplo as palavras: 1. *Me*: “árvore”; 2. *Ao*: “cabelo”; 3. *Wocó*: “cão”.
- No nível fonético/fonológico, temos as seguintes considerações: “Há nesta língua abundância de sons guturais e nasais; as palavras na sua maioria são pronunciadas de modo confuso, pelo que é muito difícil representá-las pela escrita” (MAXIMILIANO, 1815-1817, p. 511).

## [v] Maconi:

Nessa, Maximiliano apresenta-nos exemplos apenas no nível lexical: 1. *Abooi*: “árvore”; 2. *Endaen*: “cabelo”; 3. *Pocó*: “cão”.

## [vi] Camacã:

- No nível lexical, temos como exemplo as palavras: 1. *Hí*: “árvore”; 2. *Iningé*: “cabelo”; 3. *Jaki*: “cão”.
- No nível fonético/fonológico, temos as seguintes considerações: “[h]á nesta língua muitos sons palatais e especialmente nasais, de modo que as palavras são em geral pronunciadas de modo muito confuso para os estrangeiros” (MAXIMILIANO, 1815-1817, p. 513).

Entre 1817 e 1820, Spix & Martius, que também estiveram no sul da Bahia, deixam registros de que a língua camacã ainda era falada, pois a ouviram numa região mais setentrional do sul da Bahia, na Aldeia de Almada.

Além disso, dão pistas, assim como o fez Maximiliano (1815-1817), do nível fonético/fonológico de seu sistema, ao afirmarem que, nela, os sons nasais e palatais são comuns. Entretanto, tecem considerações que também dão pistas da morfossintaxe da língua camacã, ao afirmarem que muitas palavras são ligadas entre si, o que aponta para a existência de declinações (SPIX; MARTIUS, 1817-1820).

## [vii] Língua geral:

Na Aldeia de Almada, Spix & Martius (1817-1820) atestam que, ali, ainda se usava a língua geral, no momento em que vão comer um peixe, preparado de uma maneira denominada “moquém” – vocábulo que, segundo os autores, pertence a essa língua.

Aqui fica, então, o primeiro registro intralinguístico da língua geral do sul da Bahia, situado no nível lexical de seu sistema. Mesmo que seja um registro que se limita a uma única palavra, ainda assim é valioso, por não haver outros:

Costumam abrir os peixes longitudinalmente (piabanhas, acaris, pias etc.), e, depois de retiradas as entranhas, salgam-nos ligeiramente, e fazem-nos secar ao fogo, sobre um jirau. Este modo de preparar, chamado moquéim, na língua geral, eles o aprenderam dos aborígenes brasileiros, que tomam ainda o especial cuidado de colocar os quatro lados do jirau exatamente para os quatro pontos cardeais. A razão dessa prática não a conseguimos nós averiguar. (Spix; Martius, 1817-1820, p. 181)

No que concerne às línguas botocudo, maxari, pataxó, malali, maconi e camacã, vejamos um quadro comparativo das palavras “árvore”, “cabelo” e “cão”, citadas como exemplo. A razão da escolha dessas três palavras foi o fato de serem algumas das poucas cujas traduções aparecem nos vocabulários de todas as seis línguas tapuias registradas por Maximiliano (1815-1817):

**Quadro lexical comparativo – línguas tapuias do sul da Bahia**

	<b>Botocudo</b>	<b>Maxari</b>	<b>Pataxó</b>	<b>Malali</b>	<b>Maconi</b>	<b>Camacã</b>
“Árvore”	<i>Tchoon</i>	<i>Abaay</i>	<i>Mniomipticajo</i>	<i>Me</i>	<i>Abooi</i>	<i>Hí</i>
“Cabelo”	<i>Keran-ka</i>	<i>Inden</i>	<i>Epotoy</i>	<i>Ao</i>	<i>Endaen</i>	<i>Iningé</i>
“Cão”	<i>Engcóng</i>	<i>Tochuckschauam</i>	<i>Koké</i>	<i>Wocó</i>	<i>Pocó</i>	<i>Iaki</i>

**Quadro 4:** elaboração própria, a partir de dados de Maximiliano (1815-1817, p. 497-514).

Essa comparação lexical corrobora as informações do *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* (1981 [1944]), de Nimuendaju, no qual as línguas pataxó e malali aparecem como línguas isoladas, o botocudo e o camacã como línguas de famílias distintas (denominadas, respectivamente, Botocudo ou Borun e Camacã), e o maxari e o maconi como línguas de uma mesma família (denominada Maxacari). É, inclusive, entre essas duas últimas – o maxari e o maconi – que encontramos duas, das três semelhanças morfológicas existentes no quadro, a saber: *abaay ~ abooi* e *inden ~ endaen*, correspondentes às palavras “árvore” e “cabelo”, respectivamente. A terceira semelhança, entre o malali e o maconi (respectivamente, *wocó ~ pocó*, que correspondem, ambas, à palavra “cão”), se continuarmos seguindo a classificação linguística do *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*, é uma coincidência, pois o malali seria uma língua isolada. Entre as demais línguas – botocudo, pataxó e camacã – não há qualquer semelhança morfológica.

### 2.2.1 O MULTILINGUISMO DO SUL DA BAHIA: O OCASO SE CONFIGURA

Quando Spix & Martius passaram pela Vila de São Jorge dos Ilhéus, deixaram o registro de como o avanço da colonização portuguesa, em termos políticos e econômicos, tinha sido ínfimo no local – no qual se contavam apenas 2.400 habitantes –, questionando, inclusive, como pôde isso ter acontecido, já que, desde o século XVI, estava ali fundada a referida vila. Após criticarem o estado decadente do local – que, diga-se, era a sede da capitania –, contrastando-o com a prosperidade de Minas Gerais, afirmam que a principal razão da estagnação da vila é o fato de ser composta, em sua maior parte, por mamelucos, que chamam de “tapuiada” (SPIX; MARTIUS, 1817-1820, p. 176).

Apesar disso, os trechos citados demonstram que, entre 1815 e 1820, ainda prevalecia, na Capitania de Ilhéus e na Capitania de Porto Seguro, um ambiente sociolinguístico semelhante ao que se delineou no início do século XVII (ARGOLO, 2015), na região, propiciando a manutenção do multilinguismo indígena, ainda que, certamente, bastante mais reduzido, comparativamente ao início do século XVI.

Entretanto, nesse período, de acordo com o que afirmamos anteriormente, a migração sertaneja para o sul da Bahia, assim como a luta pela posse da terra já havia começado, deixando aos índios da região, das mais variadas etnias, um incontável saldo de mortes devido à disputa territorial – principalmente da etnia tupinambá, que era a mais integrada à colonização, por conviver com os

portugueses nas melhores terras, perto da costa, e sendo, por isso, os primeiros a serem alvejados pelo contingente sertanejo que chegara para dominar as terras propícias ao plantio do cacau.

Por essa razão, quando Spix & Martius chegaram à Capitania de Ilhéus, o saldo total de tupinambás que registram é de, apenas, quatro mil indivíduos para toda a capitania, que, naquele início de século XIX, também já era comarca (SPIX; MARTIUS, 1817-1820).

Com o decréscimo da população tupinambá e, posteriormente – à medida que a frente de expansão cacauera avançava para o interior da capitania –, das demais etnias da região, o número de falantes de línguas indígenas também começa a cair, pondo em risco a própria existência dessas línguas.

Paralelamente a isso, crescia o contingente sertanejo, cuja configuração social, que incluía o uso do português brasileiro, no qual eram monolíngues, passou a dominar as relações econômicas do interior da Capitania de Ilhéus, tornando o idioma de origem lusitana a língua supra-étnica da região, por ter-se tornado a mais viável na nova sociedade que se delineava.

Porém, mesmo antes de a migração sertaneja ganhar força, ainda no contexto das Reformas Pombalinas, já se procurava inibir com castigos o uso das línguas indígenas no sul da Bahia. Por essa razão, embora a mudança na configuração social do sul da Bahia, devida à ascensão da lavoura cacauera, tenha sido o motivo mais forte para a transformação da região de multilíngue em unilíngue, ainda assim as Reformas Pombalinas tiveram algum efeito, embora os ouvidores das Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro tentassem, obviamente, impor o português europeu, por ser a variedade falada por eles próprios. É o que podemos constatar, por exemplo, na *Carta do Ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, na qual relata diversos factos para demonstrar o progressivo desenvolvimento d'aquela Capitania no último ano*, escrita em 1773, destinada ao rei de Portugal.

Desse modo, quando Spix & Martius atravessam a região entre 1817 e 1820, a aquisição do português – inicialmente do português europeu e, com a chegada dos sertanejos, do português brasileiro – já era uma tendência há, pelo menos, 59 anos, desde 1758, quando começam as reformas de Pombal e, logo em seguida, a migração sertaneja.

Certamente é essa a razão de afirmarem não ter encontrado, entre os tupinambás, vestígios de sua língua nativa, sendo já falantes de um português ainda recentemente adquirido como L2: “Da sua língua primitiva não encontramos mais vestígio algum entre eles; falam todos um português deturpado” (SPIX; MARTIUS, 1817-1820, p. 177).

Se lermos essa citação de Spix & Martius, tendo em mente as informações do ouvidor José Xavier Machado Monteiro, escritas cerca de 44 anos antes, em 1773, percebemos que a situação real, não percebida pelos cronistas, era a seguinte: os tupinambás falavam a língua geral como L1, no ambiente doméstico, com medo de serem castigados, e o português como L2, quando estavam na presença dos brancos, fossem portugueses, fossem alemães, como os cronistas em questão. Como a língua que ainda era majoritária na sociedade local – que já estava em disputa com a sociedade nova, do cacau – ainda era a língua geral – tanto L1, quanto L2 –, a aquisição do português como L2 não pôde ser tão satisfatória quanto o poderia, se esses tupinambás estivessem num ambiente onde se falasse predominantemente o português.

Ainda assim, com a continuidade da expansão da sociedade do cacau, o contingente de sertanejos – em sua maior parte miscigenados de ascendência branca e negra – viria a aumentar consideravelmente, inclusive ultrapassando, com grande vantagem, o de índios e mamelucos do sul da Bahia, como se pode constatar no *Recenseamento do Brasil em 1872*.

Assim, percebemos que, quando teve início a ascensão da lavoura cacauera, na segunda metade do século XVIII, o sul da Bahia ainda se encontrava em pleno gozo de seu multilinguismo, cuja vitalidade não foi abalada nem mesmo pelas Reformas Pombalinas, como pudemos observar em documentos escritos posteriormente à implantação do Diretório dos Índios, a exemplo da carta do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, escrita em 1773.

### 2.2.2 A persistência do multilinguismo no sul da Bahia em 1820

Com base na documentação indicada – que nos permitiu delinear um contexto sociolinguístico para o sul da Bahia –, no *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* (1944), nos processos inquisitoriais de Thomás Ferreira<sup>14</sup> e de Francisco Pires<sup>15</sup> (ambos de 1592) e no livro *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, de Pessoa de Castro (2001), chegamos à seguinte Configuração Linguística para o geral do sul da Bahia, com exceção das colônias suíço-alemãs de cujas peculiaridades linguísticas já tratamos:

#### Capitania de Ilhéus

Configuração Linguística 1 – Monolingüismo			
Raça	Etnia	Língua que compunha o perfil do falante	Área
Vermelha	Tupinambá	<b>Perfil 1:</b> tupinambá – L1 ou língua geral – L1	Costa e pontos isolados no início do Sertão, na margem direita do rio Pardo e na margem esquerda do rio Jequitinhonha, próximos à divisa com a Capitania de Porto Seguro.
Mestiça	Mameluca (proto-etnia brasileira, com a qual o negro viria a se fundir posteriormente)	<b>Perfil 2:</b> língua geral (variedade colonial do tupinambá assim denominada) – L1	Costa

**Quadro 5:** elaboração própria, a partir de dados do “Processo de Thomás Ferreira Mameluco” (1592) e de Nimuendaju (1981 [1944]).

#### Capitania de Ilhéus

Configuração Linguística 2 – Bilingüismo			
Raça	Etnias	Línguas que compunham os perfis dos falantes	Área
Vermelha	Aimoré Akroá Arataca Baenã Guerém Imboré Kamacã Kamuru Kariri Kutaxó	<b>Perfil 3:</b> aimoré L1/tupinambá L2 <b>Perfil 4:</b> akroá L1/tupinambá L2 <b>Perfil 5:</b> arataca L1/tupinambá L2 <b>Perfil 6:</b> baenã L1/tupinambá L2 <b>Perfil 7:</b> guerém L1/tupinambá L2 <b>Perfil 8:</b> imboré L1/tupinambá L2 <b>Perfil 9:</b> kamacã L1/tupinambá L2 <b>Perfil 10:</b> kamuru L1/tupinambá L2 <b>Perfil 11:</b> kariri L1/tupinambá L2 <b>Perfil 12:</b> kutaxó L1/tupinambá L2	Sertão e Costa (apenas os gueréns e aimorés estavam no sertão e na costa)

<sup>14</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>15</sup> ANTT, “Processo de Francisco Pires mameluco solteiro”, 1592-1593, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 17809.

	Maracá Pataxó	<b>Perfil 13:</b> maracá L1/tupinambá L2 <b>Perfil 14:</b> pataxó L1/tupinambá L2	
Branca	Portuguesa	<b>Perfil 15:</b> português L1/tupinambá L2 <b>Perfil 16:</b> português L1/língua geral L2	Costa
Negra	Predominantemente, etnias dos grupos banto e jêje-mina	<b>Perfil 17:</b> línguas banto e jêje-mina L1/tupinambá L2	Costa
Mestiça	Mameluca (proto- etnia brasileira, com a qual o negro viria a se fundir posteriormente)	<b>Perfil 18:</b> tupinambá L1/português L2 <b>Perfil 19:</b> língua geral L1/português L2	Costa

**Quadro 6:** elaboração própria, a partir de dados do “Processo de Thomás Ferreira Mameluco” (1592), de Nimuendaju (1981 [1944]) e de Pessoa de Castro (2001).

#### Capitania de Porto Seguro

Configuração Linguística 1 – Monolingüismo			
Raça	Etnia	Língua que compunha o perfil do falante	Área
Vermelha	Tupinambá	<b>Perfil 1:</b> tupinambá – L1 ou língua geral – L1	Costa e pontos isolados no início do Sertão, à margem esquerda do rio Itanhaém e à margem esquerda do rio Doce; dois pontos isolados sertão adentro, à margem direita do rio Suaçuí Grande e à margem esquerda do rio Abaeté, afluente do rio São Francisco.
Mestiça	Mameluca	<b>Perfil 2:</b> língua geral L1 (variedade colonial do tupinambá assim denominada)	Costa

**Quadro 7:** elaboração própria, a partir de dados do “Processo de Francisco Pires mameluco solteiro” (1592) e de Nimuendaju (1981 [1944]).



## Capitania de Porto Seguro

## Configuração Linguística 2 – Bilinguismo

Raça	Etnias	Línguas que compunham os perfis dos falantes	Área
Vermelha	Acanu Aimoré Ankete Aranã Arataca Bakué Bororó Botocudo Canarim Cataguá Convugne Etwéte Guarino Iaposó Iaraxim Iporoque Irúgne Kaiapó Kaposo Kumanaxó Makoni Makuni Malali Maniã Mapaxó Maxacari Miniã Monosó Naknianuque Nakrehé Niepniep Pampam Paniame Papaná Paresi Pataxó Poicá Potem Sakriabá Takrukpaque Tocoió Tucanuçu Uruku	<b>Perfil 3:</b> acanu L1/tupinambá L2 <b>Perfil 4:</b> aimoré L1/tupinambá L2 <b>Perfil 5:</b> ankete L1/tupinambá L2 <b>Perfil 6:</b> aranã L1/tupinambá L2 <b>Perfil 7:</b> arataca L1/tupinambá L2 <b>Perfil 8:</b> bakué L1/tupinambá L2 <b>Perfil 9:</b> bororó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 10:</b> botocudo L1/tupinambá L2 <b>Perfil 11:</b> canarim L1/tupinambá L2 <b>Perfil 12:</b> cataguá L1/tupinambá L2 <b>Perfil 13:</b> convugne L1/tupinambá L2 <b>Perfil 14:</b> etwéte L1/tupinambá L2 <b>Perfil 15:</b> guarino L1/tupinambá L2 <b>Perfil 16:</b> iaposó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 17:</b> iaraxim L1/tupinambá L2 <b>Perfil 18:</b> iporoque L1/tupinambá L2 <b>Perfil 19:</b> irúgne L1/tupinambá L2 <b>Perfil 20:</b> kaiapó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 21:</b> kaposo L1/tupinambá L2 <b>Perfil 22:</b> kumanaxó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 23:</b> makoni L1/tupinambá L2 <b>Perfil 24:</b> makuni L1/tupinambá L2 <b>Perfil 25:</b> malali L1/tupinambá L2 <b>Perfil 26:</b> maniã L1/tupinambá L2 <b>Perfil 27:</b> mapaxó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 28:</b> maxacari L1/tupinambá L2 <b>Perfil 29:</b> miniã L1/tupinambá L2 <b>Perfil 30:</b> monosó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 31:</b> naknianuque L1/tupinambá L2 <b>Perfil 32:</b> nakrehé L1/tupinambá L2 <b>Perfil 33:</b> niepniep L1/tupinambá L2 <b>Perfil 34:</b> pampam L1/tupinambá L2 <b>Perfil 35:</b> paniame L1/tupinambá L2 <b>Perfil 36:</b> papaná L1/tupinambá L2 <b>Perfil 37:</b> paresi L1/tupinambá L2 <b>Perfil 38:</b> pataxó L1/tupinambá L2 <b>Perfil 39:</b> poicá L1/tupinambá L2 <b>Perfil 40:</b> potem L1/tupinambá L2 <b>Perfil 41:</b> sakriabá L1/tupinambá L2 <b>Perfil 42:</b> takrukpaque L1/tupinambá L2 <b>Perfil 43:</b> tocoió L1/tupinambá L2 <b>Perfil 44:</b> tucanuçu L1/tupinambá L2 <b>Perfil 45:</b> uruku L1/tupinambá L2	Sertão e Costa (apenas os maniãs, maxacaris, pataxós, kumanaxós, makunis e papanás estavam no sertão e na costa. Os demais estavam apenas no sertão)

Branca	Portuguesa	<b>Perfil 46:</b> português L1/tupinambá L2 <b>Perfil 47:</b> português L1/língua geral L2	Costa
Negra	Predominantemente, etnias dos grupos banto e jêje-mina	<b>Perfil 48:</b> línguas banto e jêje-mina L1/tupinambá L2	Costa
Mestiça	Mameluca (proto-etnia brasileira, com a qual o negro viria a se fundir posteriormente)	<b>Perfil 49:</b> tupinambá L1/português L2 <b>Perfil 50:</b> língua geral L1/português L2	Costa

**Quadro 8:** elaboração própria, a partir de dados do “Processo de Francisco Pires mameluco solteiro” (1592), de Nimuendaju ((1981 [1944]) e de Pessoa de Castro (2001).

Entretanto, se atualmente nos dirigirmos ao sul da Bahia e o vasculharmos de ponta a ponta, veremos que apenas o português brasileiro é falado em toda essa extensa região. Consequentemente, inevitável se torna a pergunta: se o multilinguismo do sul da Bahia não se extinguiu com as Reformas Pombalinas, então *quando* e, principalmente, *como* se extinguiu? Apesar de, pontualmente, nesse artigo, termos mostrado indícios da resposta a essa pergunta, a resposta aprofundada já foi sistematizada em artigo anterior, publicado em 2013 nessa mesma Revista, intitulado *Migração e glotocídio: o ocaso de uma língua geral*, cuja leitura fica aqui recomendada.

### 3 CONCLUSÃO

Neste artigo, argumentamos que a região sul da Bahia, por localizar-se na periferia da antiga capital colonial e ter recebido um menor controle político-econômico por parte do Império Português, beneficiou-se com uma intensidade menor de conflitos entre os portugueses e a população nativa da região, consequentemente preservando com grande vitalidade seu quadro multilíngue até a primeira metade do século XIX, quando outras regiões, como o Recôncavo Baiano, já apresentavam, no que se refere a línguas indígenas, um quadro multilíngue bastante reduzido.

Tratamos, também, da Configuração Linguística peculiar das três colônias suíço-alemãs de Frankental, Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus, nas quais teria havido a Configuração de Transmissão Linguística Irregular do português (para tanto, tomamos como referência indutiva o quadro da colônia Leopoldina, atual Helvécia, onde comprovadamente se apresentou uma Configuração de Transmissão Linguística Irregular), diferentemente do geral do sul da Bahia, onde teria prevalecido a situação de bilinguismo entre línguas autóctones L1 e português L2.

Outrossim, consideramos necessário analisar o cenário sociolinguístico do sul da Bahia sob o ponto de vista transnacional, porque o Império Colonial Português existiu em função de relações transnacionais de comércio, determinando o maior controle, na colônia brasileira, sobre certas regiões geograficamente estratégicas, e indiretamente desviando seu foco das regiões periféricas não estratégicas – situação que, por sua vez, abria espaço para relações transnacionais ilegais com outros reinos, pelo fato de haver menor controle militar nas periferias.

Ainda justificando a adoção de um ponto de vista transnacional, demonstramos como fatos de natureza eminentemente política e militar, ocorridos em território político distinto do Império Português e distante da colônia brasileira, são a explicação para o desencadeamento de movimentos migratórios com consequências linguísticas locais importantes, como as ocorridas na colônia Leopoldina. Diante do que foi exposto na seção 2.1.2, em que tratamos dessas configurações linguísticas peculiares, percebemos que, se não analisássemos seus processos sociolinguísticos dentro de seu contexto histórico transnacional, não teria sido possível compreender como esses contextos se formaram.

## REFERÊNCIAS

ARGOLO, Wagner. Migração e glotocídio: o ocaso de uma língua geral. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 10, n. 2, abr./jun. 2013. p. 91-101.

ARGOLO, Wagner. *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2015.

ARGOLO, Wagner. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. *PAPIA*, São Paulo, 26(1), jan./jun. 2016. p. 7-52.

DIAS, Marcelo Henrique. *Farinhas, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: EDITUS-UESC, 2011.

HOFMEYR, Isabel. In: AHR Conversation: On Transnational History, *American Historical Review*, v. 111.5, 2006. p. 1440-1464.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2007 [1996].

LUCCHESI, Dante & BAXTER, Allan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza (org.) *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (1944)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981 [1944].

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

SANTOS, Milton. *Zona do Cacau*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of brazilian society (Bahia, 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

### Fontes primárias manuscritas impressas:

MAXIMILIANO. *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989 [1815-1817].

SCHAFER, Georg Anton von. *O Brasil como um Império Independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*. Trad.: Arthur Blásio Rambo. Santa Maria: Editora UFSM, 2007 [1824].

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, v. II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981 [1817-1820].



Recebido em 27/07/2022. Aceito em 09/12/2022.